

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
I. ENQUADRAMENTO	7
1. Os contratos de Direito Administrativo nos ordenamentos jurídicos francês e alemão	9
1.1. O contrato administrativo de matriz francesa	9
1.2. O contrato público de matriz alemã	18
2. Evolução do ordenamento jurídico português	20
2.1. Das origens ao regime do Estado Novo, de tipicidade dos contratos administrativos e recepção mitigada do modelo francês	20
2.2. Consagração no regime democrático do princípio da autonomia contratual pública e abertura ao modelo alemão; alargamento da figura do contrato administrativo	24
2.3. Regime substantivo dos contratos administrativos no CPA e no CCP	29
II. O PROBLEMA DO ÂMBITO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	33
1. Relação entre contratos administrativos e contratos de direito privado da Administração	33
2. O problema do âmbito do contrato administrativo	43
III. O PROBLEMA DO CONTEÚDO DOS REGIMES SUBSTANTIVOS APLICÁVEIS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	67

1. Critérios de administratividade	69
I) Contratos administrativos por natureza	70
II) Contratos administrativos por determinação da lei	74
III) Contratos administrativos por qualificação das partes	74
2. Categorias de contratos administrativos	84
I. Contratos cujo objeto abrange prestações que estão ou são susceptíveis de estar submetidas à concorrência de mercado	88
II. Contratos de colaboração subordinada do cocontratante na prossecução das atribuições do contraente público	90
III. Contratos sobre o exercício de poderes públicos	94
IV. Contratos interadministrativos	97
V. Contratos de locação ou aquisição de bens móveis e serviços, de delegação de funções públicas, de cooperação e de atribuição de situações de vantagem	104
3. O problema do conteúdo dos regimes substantivos dos contratos administrativos	109
3.1. Enquadramento: as modificações introduzidas pela revisão do CCP	109
3.2. Âmbito de aplicação do regime de invalidade do Título I da Parte III do CCP	115
3.3. Âmbito de aplicação dos restantes regimes do Título I da Parte III do CCP	116
3.4. O problema dos regimes aplicáveis aos contratos sobre o exercício de poderes públicos e aos contratos interadministrativos	119
3.4.1. Regime dos contratos sobre o exercício de poderes públicos	120
3.4.2. Regime dos contratos interadministrativos	134
Índice	139